REFORMAS E REABERTURA DO CONGRESSO

Continuação do decreto-lei n.º 1.538

respectivo município, vedada a retransmissão em rede:

Parágrafo 1.º — O diretório regional de cada partido designará, no Estado e em cada município, comissão de três membros para dirigir e supervisionar a propaganda eleitoral nos limites das respectivas jurisdições.

Parágrafo 2.º — As empresas de rádio e televisão ficam obrigadas a divulgar, gratuitamente, comunicados da Justiça Eleitoral, até o máximo de 15 (quinze) minutos, entre as dezoito e vinte e duas horas, nos 45 (quarenta e cinco) dias que precederem ao pleito".

Art. 2.º — Nas eleições indiretas não será permitida a propaganda eleitoral por meio de emissoras de rádio e televisão.

Art. 3.º — O Tribunal Superior Eleitoral expedirá, dentro de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da vigência deste Decreto-Lei, as instruções necessárias à sua execução.

Art. 4.º — Este Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º — Revogam-se os artigos 252, 253 e 254 da lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965, e demais disposições em contrário.

Brasília, Independência e 89.º da República.

GOVERNO NÃO JUSTIFICARÁ REFORMAS

"O governo não vai aPresentar justificativa para suas decisões. Não haverá nota, documento ou Pronunciamento do presidente ou de qualquer outra autoridade do poder executivo sobre esse conjunto de reformas", declaração foi feita, ontem, pelo secretário de Imprensa do Palácio do Planalto, coronel Toledo de Camargo, ao anunciar o pacote de medidas excepcionais — uma emenda constitucional, seis decretos-leis e um ato complementar — elaborado pelo general Ernesto Geisel e seus principais assessores durante o recesso parlamentar.

Depois de informar que o presidente não voltaria à TV para explicar a finalidade das reformas, pois "o assunto se encerrou com a nota oficial da assessoria de imprensa e relações públicas", Camargo argumentou que uma iniciativa desse tipo "seria motivo para muito debate", observando que a simples leitura dos documentos permite chegar a "conclusões óbvias", sem necessidade de esclarecimentos suplementares.

Segundo o porta-voz oficial do Planalto, o governo considera que não tem obrigação de vir a público detalhar os objetivos das reformas "porque a notícia já reatravessou a rua, de volta ao Congresso". Assim, "o problema agora é sobretudo dos políticos e somente eles cabe o debate, a discussão e a defesa das medidas". Nesse sentido, lembrou que "ogoverno tem suas lideranças, que se encarregarão de dar explicações, se houver necessidade".

Camargo afirmou também que o atual ciclo de reformas foi fechado a partir do momento em que houve a decisão de levantar o recesso, imposto há d semanas ao Congresso. Diante da insistência dos repórteres em saber se existiaoa "algum assunto pendente", na pauta, assegurou que o conjunto de providências tomadas pelo Executivo "esgota o assunto", afastando, portanto, qualquer possibilidade de alteração posterior das leis de Imprensa e Segurança Nacional.

DIVULGAÇÃO

O processo de divulgação das reformas, iniciado na quarta-feira, completou-se ontem em duas etapas. Pela manhã, Toledo de Camargo convocou a imprensa no Palácio, a fim de informar os pontos básicos dos atos governamentais — sem entrar no conteúdo dos documentos permite chegar a "conclusões óbvias", sem necessidade de esclarecimentos suplementares.

Nessa ocasiao, aatraves de nota oficial da AIRP, adiantou o elenco de reformas preparadas nos últimos 15 dias, e procurou sanar algumas dúvidas levantadas pelos repórteres. Com relação ao item mais polêmico (eleições indiretas de 1/3 do senado), por exemplo, esclareceu que a escolha dos candidatos competirá exclusivamente à mesma convenção partidária regional que determinará os concorrentes ao pleito direto. Ao saber que o presidente Geisel recomendara informalmente aos atuais governadores que governistas congitavam que os senadores indicados "deverão ser tapetões — altas autoridades que deverão ficar em seus gabinetes, altamente luxuosos, saindo apenas nas grandes ocasiões, — como ex-ministros de estado e ex-governadores ou autoridades militares".

A maioria dos deputados da Arena, visivelmente irritados, não comentou as reformas e quando o faziam, pedia para não citar o nome, como um de Minas Gerais, que disse: "Com essas reformas a revolução de 64 começou a se desmoralizar".

O deputado Luiz Braz (Arena-RJ), visivelmente descontente, dizendo que sempre defendeu as eleições diretas optou que "agora no Brasil, deverão desenvolver novas teorias políticas, porque estamos numa situação sui-generis: temos eleições diretas (prefeitos, vereadores e deputados) eleições indiretas (presidente e governadores) e mistas (senadores)".

Um senador arenistas, que também suplicou para que não citasse seu nome, depois de criticar os últimos decretos presidenciais disse que os jornais se enganaram: "Não se trata de um pacote de reformas, mas de um "petrolino" (fruto do Petronio mais do Francelino)".

Geisel deixa o Palácio após assinar as reformas

JUÍZES MOSTRAM SEU DESAPONTAMENTO

Dois desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo — Humberto da Nova e Márcio Ferreira: — serão os primeiros atingidos pelo parágrafo 2.º do artigo 113 da Emenda Constitucional n.º 7, que estabelece aposentadoria compulsória aos 70 anos, idade que atingirão ainda no transcorrer deste ano. Por outro lado — embora a seção competente não tenha levantamento a respeito — considera-se que é reduzidíssimo o número de juízes de primeira instancia que poderão se beneficiar do dispositivo que garante aposentadoria (facultativa) após 30 anos de serviço público, com vencimentos integrais.

MUTISMO NO FORUM

Membros da Magistratura e do Ministério Público encerraram-se ontem no mais absoluto mutismo, evitando declarações aos jornalistas que se empenhavam em sondar as repercussões da reforma judiciária nos meios forenses. O presidente do Tribunal de Justica, des. Genil do Carmo Pinto, se recusou a receber os jornalistas que pleiteavam uma entrevista. Dois assessores informaram que o presidente estava muito ocupado e preocupadíssimo com a próxima inauguração de três forums, no Interior.

POSIÇÃO DOS JUIZES

Entretanto, a versão que corria no Forum era a de que os Juízes de Primeira Instância — de modo geral — ficaram desapontados com a manutenção dos Tribunais de Alçada. Argumentava-se que a proliferação desses Tribunais é uma consequência inevitável, em decorrência da elevação sempre crescente do número de feitos. Isso não atende nem a carreira dos juízes nem ao interesse público. E que a proliferação dos Tribunais de Alçada acarretará obrigatoriamente maiores despesas, visto que são unidades autônomas, com complexas estruturas independentes que abrangem desde frota de automóveis até a contratação de funcionários. Entendem ainda os juízes de Primeira Instância que, além do mais, será muito difícil o controle desses Tribunais de Alçada pelo Tribunal de Justiça.

A maior crítica que os juízes fazem é a de que o aumento dos Tribunais de Alçada torna praticamente impraticável o acesso ao Tribunal de Justica, o que será privilégio de uns poucos. Acrescentam que é uma distorção a existência de Tribunais (Alçada e de Justiça) com as mesmas funções, mas com tratamento e prerrogativas diferentes aos seus membros, sempre em detrimento dos que integram os Tribunais de Alçada.

FIM DOS "PINGUINS"

No Forum, entretanto, existe opinião unânime em torno de um ponto: a extinção do cargo de Juiz auxiliar de Segunda Instância ("pinguim", na giria forense) levará o caos aos serviços do Tribunal de Justiça. E que a esmagadora maioria dos feitos é julgada pelos "pinguins". Uma vez afastados, os 36 desembargadores que integram a Côrte jamais poderão fazer frente sozinhos ao avassalador acúmulo de serviço. Espera-se que a Lei Orgânica da Magistratura aponte uma solução para o problema, que poderá vir na forma de aumento do número de desembargadores que integram o Tribunal de Justiça.

Ainda sobre a mantença dos Tribunais de Alçada, comentava-se ontem no Forum que o Primeiro Tribunal de Alçada Criminal e o Segundo Tribunal de Alçada Civil, em manifestação pública, opinaram pela extinção daquele tipo de Côrte. O Primeiro Tribunal de Alçada Civil não se pronunciou, mas é notório que seus membros são também favoráveis à extinção.

Em contraste, o Tribunal de Justiça manifestou-se pela conservação dos Tribunais de Alçada. Isso, segundo declarou um Juiz de Primeira Instância que pediu que seu nome fosse mantido em sigilo, porque os desembargadores do Tribunal de Justiça insistem em transformar a Côrte num "clube fechado", evitando o mais possível a vulgarização do caso.

NELSON CARNEIRO VOLTA À LUTA PELO DIVÓRCIO

O senador Nelson Carneiro anunciou ontem que, aproveitando a redução do quorum de maioria de dois terços para maioria absoluta, irá reapresentar na próxima semana sua emenda constitucional estabelecendo o divórcio. Embora o projeto siga em linhas gerais o que apresentou no ano passado e foi antecipadamente derrotado, por não ter contado com o apoio de dois terços dos congressistas, Nelson Carneiro revisou, excluiu algumas alterações, feitas com a ajuda do senador Aciell Filho, da Arena paranaense.

CAFÉ: SUGESTÕES PARA EVITAR NOVO AUMENTO

Confiscar café em grão do produtor ou contingenciar em 50% o produto exportável (na base de duas sacas por uma) foram algumas das sugestões, nomeadas ontem por lorrefadores paulistas para evitar que a partir de julho o produto alcance preços superiores a Cr$ 100,00 o quilo, para o consumidor. Na opinião dos empresários "ha muito café escondido em mãos da lavoura" e calculam em 11 milhões de sacas o volume atual em poder de particulares, insinuando descontentamento em relação à política de comercialização interna que vem sendo conduzida pelo IBC e Ministério da Fazenda, declararam que não tinham o que dizer à imprensa, pois "o que temos para falar, o Governo não vai gostar de ouvir".

O presidente do IBC, Camilo Calazans, compareceu na manhã de ontem, à inauguração da nova sede da Associação Brasileira da Industria de Torrefação e Moagem do Café (ABIC) e, segundo os torrefadores dos diversos estados do país, presentes ao acontecimento, nada revelou, sobre a próxima reformulação da política de fornecimento de café às indústrias, a partir do segundo semestre. Negou, entretanto que oficializará a mistura de milho ao café. Os empresários do setor consideram tal idéia "um disparate", afirmando que são "industriais de café e não de milho".

Sobre o aumento do café para Cr$ 60,00, a partir de hoje, os industriais do norte/nordeste informaram que "foi calculado dentro dos custos industriais", enquanto os do centro-sul o consideram "irreal". Quanto ao reajuste da saca subsidiada pelo IBC — de Cr$ 1.200,00 para Cr$ 1.930,00 — a partir deste mes, os empresários paulistas revelaram que "a industria foi tomada de surpresa", enquanto Edgard Wanderley, da Companhia Industrial Royal, de Recife, informava que "já estava previsto".

REUNIÃO

A ABIC marcará para breve uma reunião com torrefadores de todo o país, para discutir os problemas do setor e se chegar a um consenso. Os empresários estão apreensivos em relação às medidas que serão adotadas pelo Conselho Monetário Nacional e vigorarão a partir do primeiro de julho regulando a comercialização interna do café. Desanimados afirmaram que "não adianta apresentar cálculos de custos ao Governo, que ele não aceita".

Conforme asseguraram, os torrefadores são favoráveis aos aumentos progressivos do produto para o consumidor, pois temem uma queda muito grande no consumo, caso haja uma elevação repentina do preço. Revelaram que quando o quilo do café passou para Cr$ 44,00, ocorreu uma queda de 40% nas vendas e de lá para cá só conseguiram recuperar 15% deste percentual.

STF QUER IMPLANTAÇÃO DE TODA REFORMA JUDICIÁRIA

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Carlos Thompson Flores, em telegrama enviado ontem ao presidente da República, pediu a implantação completa da reforma Judiciária, "proporcionando, só assim, novos e modernos metodos, pronta e eficaz distribuiç ao da justiça, anseio de todos os brasileiros".

Explicando o teor de seu telegrama, o presidente do Supremo Tribunal Federal declarou que a Emenda Constitucional n.º 7, outorgada anteontem ao país pelo presidente Geisel, dando nova estrutura constitucional ao pr Judiciário, "representa apenas a primeira fase de implantação da reforma Judiciária. Esperamos agora a Lei Orgânica da Magistratura Nacional, a instalação dos tribunais administrativos, a reforma dos códigos de processo e de todas as medidas complementares à reforma judiciária".

O presidente do Supremo Tribunal Federal disse que uma medida indispensável à complementação da reforma Judiciária será a reforma substancial dos códigos de processo civil e de processo penal. Afirmou que o Código de Processo Civil, embora vigorando apenas a partir do dia 1 de Janeiro de 1.974, desatende os anseios da justiça; e que o mesmo se dará com o novo Código de Processo Penal, caso seja convertido em lei o projeto em tramitação no congresso nacional. O ministro pediu uma reforma nesse projeto, para atender "ao clamor e aos anseios do poder judiciário".

Ontem, o Supremo Tribunal Federal aplicou pela primeira vez a Emenda Constitucional n.º 7, com base no art. 119, inciso I, letra "l", já na versão da emenda, "não conheceu" do mandato de segurança n.º 20.124, requerido por Benedito de Oliveira Junior contra o Tribunal de Justiça do Paraná.

INQUILINOS ACHAM QUE O DECRETO NÃO RESOLVE

O presidente da Associação Nacional dos Inquilinos, Pedro Roxo Lima, referiu-se ontem ao decreto do governo que altera a Lei do Inquilinato como um erro de redação ou de interpretação. "O decreto não resolve problema nenhum, porque a denúncia vazia continua a vigorar, o inquilino continua a pagar o imposto predial, seguro de fogo, a taxa de administração do imóvel, as contas extras de condomínio e muitas outras contas que são obrigações do proprietário".

Pedro Roxo disse sentir-se entorpecido com os problemas que ocorrem todos os dias na sede da ANI — aproximadamente 50 casos diários são levados por inquilinos à Associação — e afirmou que somente a promulgação da Lei do Inquilinato poderia equacionar esta situação. Ele revelou ainda o desejo de lembrar aos nossos legisladores, a necessidade de se criar por lei um contrato de locação padronizado, "que é a única trança para impedir a violação da lei por parte dos proprietários, através dos contratos leoninos e unilaterais que eles fazem".

ADIAMENTO

Roxo Lima explicou que na aplicação da denúncia vazia o proprietário é obrigado a notificar o inquilino, dando-lhe três meses para desocupar o imóvel. Findo esse prazo vem a ação de despejo, e o inquilino tem quinze dias para se defender. A defesa do inquilino, diz o presidente da ANI, é apelada para instância superior: "o "até o julgamento a demora é de três a quatro meses". Agora, afirma Roxo Lima, pelo novo decreto o inquilino tem de um a dois meses depois do término da vigência do contrato para receber a denúncia vazia e isso é apenas um adiamento: "o decreto é um analgésico, quando o que precisamos é de uma cirurgia".

Na retomada do imóvel, diz ele, o poder Judiciário não pode ficar esquecido, porque ele precisa apreciar se os motivos desta retomada são justos ou injustos, "para conter a especulação e a exploração que é feita com os inquilinos". "O inquilino é um problema social e não econômico: o econômico se resolve com um papel e um lápis, mas o social não, ele tem que ser olhado de vários ângulos".

Roxo Lima lembrou que solicitou ao presidente Geisel, por telegrama, que usasse o Ato n.º 5 para suspender a denúncia vazia e espera ainda que ele o faça. A ANI, afirmou, tem um grande interesse de aproximar o povo do governo e não separá-lo como vem acontecendo com o problema do inquilinato, "através da ganância dos proprietários e as explorações das administradoras de imóveis".

AS CRITICAS DE ARENISTAS

O vice-líder da Arena, deputado Jorge Vargas evitou ontem fazer qualquer comentário sobre as reformas políticas anunciadas pelo presidente Geisel, dizendo que "não sei que reformas são essas, nem quero saber. Incitarei mandel desligar a televisão, em minha casa, quando forem anunciadas".

Disse que "nuao concorda com a eleição indireta de um terço dos senadores. Senadores de matéria plástica, que se desmoralizarão a partir da indicação para a eleição. Acho que esses senadores não terão autoridade moral nem para apartear os eleitos por voto direto"..

Outros parlamentares sempre defendeu as eleições diretas optou que "agora no Brasil, deverão desenvolver novas teorias políticas, porque estamos numa situação sui-generis: temos eleições diretas (prefeitos, vereadores e deputados) eleições indiretas (presidente e governadores) e mistas (senadores)".

Um senador arenistas, que também suplicou para que não citasse seu nome, depois de criticar os últimos decretos presidenciais disse que os jornais se enganaram: "Não se trata de um pacote de reformas, mas de um "petrolino" (fruto do Petronio mais do Francelino)".

INPS: MÉDICOS DEMITIDOS POR CORRUPÇÃO

Por motivo de cobrança indevida de honorários, realização de exames em proveito próprio, além de desvio ilícito de dinheiro e outras irregularidades, o Centro Disciplinar do INPS ordenou o descredenciamento, demissão e suspensão de 17 médicos da cidade de Cruzeiro e Cachoeiro, no Estado de São Paulo.

Estas punições, as primeiras de uma série de outras que surgirão nos próximos dias, são consequência das conclusões dos 626 processos instituídos no ano passado para apurar denúncias de corrupção na área da assistência médica da Previdência em todo Paísm

AS PUNIÇÕES

As mesmas punições foram aplicadas anteriormente a oito médicos de Vassouras, no Rio de Janeiro e mais de 30 em Porto Alegre. O inquérito de São Paulo durou quatro meses e partiu de uma denúncia do chefe do Serviço de Assistência Medica, que identificou algumas falhas. Os médicos paulistas demitidos são: Aureliano Ferreira Junior, João Geraldo da Cunha e Francisco José Ribas de Oliveira Varejão. Os descredenciados: Antonio Coelho Pinto, Jorge Carvalho Pereira, Witer Florentino da Silva, Yolanda Rocha Vieira, Sérgio Roberto Miridieri Zuppi, Cecilio Antonio Roque, Eolo Fernandes Pereira, José Marques dos Santos, Paulo Sérgio Oliveira Souza e Castor Machado. O médico Ciro da Silva Monteiro foi suspenso por 30 dias; por 15 dias, foram suspensos os médicos Oriando Freire de Faria, Darcy Sodero Horta e Edivar Mendes Campos.

O Centro Disciplinar chamou atenção ainda para que a superintendência do INPS do Estado de São Paulo determine providências preventivas e corretivas quanto à atuação da Santa Casa de Misericórdia São José de Cachoeira Paulista e Quanto à atuação da Santa Casa de Misericórdia de Cruzeiros, como convenientes para a prestação de assistência médica. Em todos os casos julgados, o Centro Disciplinar comprovou que os médicos punidos cometeram faltas graves, muitas delas com punições previstas até no Código Penal, principalmente no tocante à "lesão aos cofres públicos". A grande maioria incorreu no desvio de dinheiro, mau atendimento, recomendação de exames desnecessários, realização de cirurgias eletivas e também dispensáveis, cobrança de honorários a segurado assistido pela Previdência, além de aliciamento de previdenciários para clínicas particulares nas quais tinham interesses.

ULISSES: COMPETÊNCIA É A 1ª DISCORDÂNCIA DO MDB

O presidente nacional do MDB, Ulisses Guimarães, afirmou, ontem, que a primeira discordância que o seu partido tem em relação às reformas é quanto à competência: "o Congresso Nacional, o poder Legislativo, enfim, é aquele que deve efetuar as modificações não só na legislação existente no país como, notadamente, na lei das leis, a matriz das leis, que é a constituição. Isso não ocorreu".

— O que eu entendo é que, quanto ao presidente da República, vice-presidente da República, governador, quem detenha um cargo representativo, tanto no ramo legislativo quanto no executivo, quem decide isso é o povo, é a sociedade, é o homem, é o cidadão, é a urna, é a eleição, é o voto.

— No Brasil, a Constituição, que é a fonte de toda legislação existente no país, foi alterada, principalmente nas suas áreas políticas, por decisão de outro poder, que é o poder Executivo. Isso constitui, no sentido do Movimento Democrático Brasileiro, um defeito capital, fundamental e irremediável.

Acentuou Ulisses: "quanto ao mérito, se essas medidas fossem submetidas ao Congresso, não teriam o voto do MDB. A chamada reforma do Judiciário já tinha sido rejeitada não pelo MDB, mas pelo Congresso Nacional. (...) e uma medida rejeitada pelo Congresso Nacional foi editada — porque não se trata de Lei — pelo executivo.

— Em segundo lugar, medidas como, por exemplo, atingir a sociedade do Estado, evitar que o cidadão se manifeste no sentido de que o governo seja bom e os compromissos ou alternativas oferecidas pela oposição sejam as mais recomendáveis, isto foi eliminado através do expediente da eleição dos governadores de Estado e, o que é pior, agora se atinge também o Legislativo com os chamados, apelidados senadores (indiretos).

— O MDB, portanto, tem uma irremediável, insanável, discordância, com respeito aquilo que foi editado pelo Executivo do país, pelo presidente da República, qual seja, em primeiro lugar, a questão da competência e, em segundo, no mérito, por entender que essas providências desatendem os interesses políticos, sociais, econômicos, e, principalmente humanos, de toda a nação brasileira. Quanto a outros aspectos das reformas, Ulisses admitiu que não teve tempo de estudar, observando, porém, que eles serão tratados nos pronunciamentos que serão feitos hoje pelos líderes da oposição na câmara e Senado — Alencar Furtado e Franco Montoro, respectivamente.

DUCAL EXPLICA PEDIDO DE FALÊNCIA FEITO POR BANCO

A Ducal Roupas S/A enviou cartas às bolsas de valores de São Paulo e do Rio explicando detalhes do pedido de falência apresentado contra ela pelo Banco Francês e Brasileiro, bem como encaminhou a documentação mostrando que foi eliminada qualquer pendência.

A carta da Ducal Roupas S/A enviada às bolsas é assinada pelo presidente da firma, Aluizio Alves. "A respeito da nota publicada no jornal "Diário do Comércio e Indústria" sobre pedido de falência do Banco Francês e Brasileiro contra Ducal Roupas S/A, esclarecemos seguinte:

1) Temos um limite de crédito rotativo representado por quatro NPS de 250.000 cada uma.

2) Por ocasião do vencimento da 1.ª delas no dia 28/2/77 propusemos a sua reforma ao gerente da agência, sr. Reinaldo, tendo este até recebido a nova NP para tal fim.

3) Em 22/03/77 ocorreu o vencimento da 2.ª NP, ocasião em que propusemos também sua reforma, para o qual entregamos ao gerente a nova NP e solicitamos informações sobre a reforma da 1.ª, tendo respondido o sr. Reinaldo que o assunto estava com a gerente regional, sra. Rosalina.

4) Dias após solicitamos da sra. Rosalina notícias sobre o assunto tendo-nos informado que iria consultar a diretoria sobre a possibilidade de atender nosso pedido, mesmo que parcialmente.

5) Surpreendidos com a notícia — pois o Banco Francês e Brasileiro não nos fez qualquer comunicação a respeito, como seria elementar — efetuamos o pagamento dos títulos, ficando a Ducal Roupas S/A rigorosamente em dia com aquele estabelecimento, a cuja diretoria fizemos a devida reclamação para encerramento definitivo do assunto.

6) Conforme entendimentos entre advogados da Ducal e do Banco Franc es e Brasileiro, amanhã às 13 horas teremos documento comprovador de absoluta regularidade de nossos compromissos com aquele banco, eliminando-se qualquer pendência.

DISTORÇÕES PODEM LEVAR A TABELAMENTO DE JUROS

As taxas de juros bancários poderão ser tabelados na próxima reunião do Conselho Monetário Nacional, dia 19, em função de algumas distorções que está apresentando e pelo comportamento dos empréstimos ao setor privado nos três primeiros meses do ano. As previsões do orçamento monetário eram de 4,1 por cento sobre dezembro do ano passado, isto é, 481.042 milhões de cruzeiros, e o que se verificou foi um crescimento de 6,0 por cento, ou seja, 488.876 milhões de cruzeiros.

Esse crescimento desordenado dos empréstimos bancários ao setor privado veio reforçar a tese da necessidade de se estabelecer um teto para os juros, que, como na prática se constatou, não baixaram como era esperado pelo ministro da Fazenda. Ao liberar a taxa, Simonsen afirmou que quando ela atingisse um determinado ponto, os tomadores se desinteressariam, e fatalmente a taxa — obedecendo à elementar lei da oferta e da procura — baixaria.

Por trás da medida, havia um intenção maior: encarecer o custo do dinheiro interno para que se fosse buscar recursos no mercado internacional, de juros mais baixos, e, ao mesmo tempo, com esses ingressos reforçar as nossas reservas monetárias, que estavam caindo assustadoramente.

Um fato que está preocupando alguns observadores econômicos é que a procura por parte dos tomadores, no mercado interno, continua inalterada, com visíveis perigos para as empresas, em função do seu grau de endividamento financeiro, ainda mais porque existem limitações legais que não permitem o repasse desses custos para o consumidor final.

Ao se constatar que o governo considera ideal o nível das nossas reservas internacionais e incômodo um crescimento do endividamento externo, a Resolução 63, poderá ser desencorajada através de um mecanismo que torne os empréstimos internos mais competitivos, e o caminho mais fácil é o tabelamento da taxa de juros.

AUTOMÓVEIS: PORTARIA DE SIMONSEN LIBERARÁ PREÇOS

Em conversa com técnicos do Conselho Interministerial de Preços, no Rio, o ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, assegurou que já na próxima semana assinará portaria onde determinará simultaneamente a liberação dos preços praticados pelas montadoras de automóveis e pela indústria de autopeças. Os técnicos consideram isso "um alívio" para o CIP.

Quando a portaria de ministro da Fazenda entrar em vigor, a indústria montadora de automóveis e a de autopeças ficarão desobrigadas de apresentar imediatamente ao Conselho seus balanços e mapas de custos quando forem praticar novas elevações de preços. Um dos dispositivos da portaria, entretanto, facultará ao CIP realizar, quando julgar necessário, acompanhamento dos custos das duas indústrias, mesmo para efeito de orientação da política de preços do Governo.

Para autoridades do CIP, a decisão do ministro de liberar os preços da indústria montadora de automóveis e de autopeças, se explica, pelas atuais condições do mercado: não há pressão de demanda nem o repasse dos custos de mão-de-obra após a fixação do percentual de resíduo do salário mínimo pelo Governo a 1.º de maio vai provocar pressão significativa nos preços finais dos produtos, conforme esperam membros do Conselho.

PORTELA ANUNCIA MEDIDAS DO GOVERNO À OPOSIÇÃO

O líder do Govêrno no Senado, Petrônio Portela, comunicou oficialmente às medidas do Govêrno ao líder da oposição, Franco Montoro, durante um encontro, no final da tarde de ontem, que durou cerca de 40 minutos, oportunidade em que foram também acertados detalhes ligados ao reinicio dos trabalhos legislativos.

Portela chegou a indagar a Montoro se preferia que a primeira sessão fosse realizada hoje ou segunda-feira e o líder da oposição respondeu que preferia hoje.

A sessão, entretanto, poderá ficar restrita aos pronunciamentos dos líderes.

Minutos depois de sair do gabinete do líder governista, Montoro reuniu-se com alguns senadores do MDB, dando conta da sua conversa com Portela. Entre outras coisas, disse que o representante plaulense lhe falou dos esforços que desenvolveu para evitar outras medidas, ao que o senador solon Lázaro Barbosa observou: "Eu não vejo coisa pior do que isso que aí está."